

Artigo – Estado, Organizações e Sociedade.

Empreendedorismo social como alternativa à redução da pobreza e desigualdades sociais no contexto da sociedade brasileira contemporânea

Nome: Eliane Ribeiro Pereira 1
Universidade Federal do Rio de Janeiro
e-mail: eliane@facc.ufrj.br
Nome: José Paulo Cosenza 2
Universidade Federal Fluminense
e-mail: jpcosenza@id.uff.br

RESUMO

Numa época de grandes mutações econômicas e sociais, onde as desigualdades se avolumam mundialmente, é mister buscar direções para vencer a pobreza e a exclusão nas sociedades em desenvolvimento. Este artigo tem como objetivo discutir o empreendedorismo social como caminho possível para combater a exclusão social, promovendo a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social. Para tal propósito, investigou-se o caso das mulheres doceiras da cidade de Tumiritinga/MG, no Brasil, que comercializam doces nos trilhos do trem de passageiros desta cidade. A metodologia usada tem caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, aplicada a partir de um estudo de caso. O estudo foi desenvolvido ao longo de sete anos, conquistando resultados como a organização do grupo na forma de cooperativa, a ampliação de seus rendimentos e mercado e a diversificação dos produtos comercializados, além da aquisição de uma sede no centro da cidade. Esses resultados indicam que a incubação se mostrou importante instrumento de transformação social e econômica dessas doceiras, contribuindo para integrá-las socialmente, reduzindo a desigualdade e a pobreza no citado município brasileiro.

Palavras chave: Incubação de empreendimentos sociais; Empreendedorismo social; Desigualdade social; Inovação social.

ABSTRACT

At a time of great economic and social changes, where inequalities are growing worldwide, it is necessary to look for ways to overcome poverty and exclusion in developing societies. This article aims to explore social entrepreneurship as a promoter of the inclusion of citizens in economic and social vulnerability status. For this purpose, we investigate the case of confectioners women from the Brazilian municipality of Tumiritinga/MG, who sold candies and pastries on the railroad tracks passenger train in that city. We use exploratory and descriptive methodologies with a qualitative approach. We carried out the study along seven years, achieving results such as the organization of the group in the form of a cooperative, the expansion of its income, market and diversification of the products sold; in addition to the acquisition of a headquarters in the city center. The findings show that incubation process was an important tool for the social and economic transformation of these confectioners, contributing to social integration of them, reducing inequality and poverty in the aforementioned Brazilian municipality.

Keywords: Social incubator; Social entrepreneurship; Social inequality; Social innovation.

[Submetido em 26-05-2023 – Aceito em: 06-12-2023 – Publicado em: 22-12-2023]

¹ Graduação em Administração (UFMG), Graduação Ciências Contábeis (UFMG).

² Graduação em Engenharia de Controle e Automação (PUC-MG), Mestrado em Administração (UFMG), Doutorado em Business Administration (Southern Illinois University - USA).

INTRODUÇÃO

A desigualdade social é um problema a ser enfrentado no mundo e, em especial, em países em desenvolvimento como o Brasil, onde atinge níveis bastante elevados. O aumento do desemprego, somado às dificuldades socioeconômicas que o país enfrenta, tem gerado impactos significativos no número de brasileiros em situação de pobreza. Ao longo dos últimos anos, com a retração do mercado de trabalho e o contexto pandêmico provocado pela doença COVID-19, a partir de janeiro de 2020, esse problema se agravou e já atinge uma situação de inegável precariedade social na população brasileira.

Dada a dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho, grande parte dos brasileiros, visando encontrar formas alternativas de subsistência, encontra no trabalho informal possibilidades para viabilizar a sua própria existência. Diante disso, o empreendedorismo social tem se mostrado uma iniciativa de beneficiamento da sociedade, contribuindo para o combate à pobreza e desigualdade social, a partir da inclusão e emancipação de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Apesar da multiplicação de notícias retratando o êxito de projetos voltados para o empreendedorismo social, tais ações enfrentam diversos obstáculos, que envolvem: i) as dificuldades no acesso a fontes de financiamento; ii) a complexidade em obter garantias objetivas dos órgãos governamentais; e iii) os sacrifícios resultantes da falta de políticas públicas sob a forma de subsídios, apoiando este tipo de iniciativa (Cancela, Dias & Amorim, 2017).

Diante de tal cenário, torna-se fundamental desenvolver políticas públicas capazes de propiciar a inserção dos trabalhadores informais novamente no mercado de trabalho brasileiro, sendo a educação a opção que se apresenta como caminho mais natural para o restabelecimento de um novo relacionamento desses trabalhadores com a sociedade. Sob tal contexto, emerge a questão de estudo deste artigo, que aborda a incubação de empreendimentos sociais como uma proposta que vai ao encontro do enfrentamento da pobreza, com a implementação de ações que possibilitem a inserção social no sistema formal da economia.

Com base neste enquadramento, o objetivo deste artigo é discutir o empreendedorismo social como caminho possível para combater a exclusão social, promovendo a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social. Para tal propósito, investigou-se o caso das mulheres doceiras da cidade de Tumiritinga/MG, no Brasil, que comercializam doces nos trilhos do trem de passageiros desta cidade.

A contribuição deste estudo se dá na perspectiva de trazer ao conhecimento um programa brasileiro de transformação da cidadania, do trabalho e da renda, voltado a indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica. Pode-se, assim, identificar as barreiras retardatárias ou impeditivas ao alcance de resultados mais satisfatórios na aplicação de ações de transformação de tais grupos ou pessoas. À vista disso, os resultados do estudo contribuem para dar voz às iniciativas voltadas para a incubação tecnológica de cooperativas populares, visando promover a inclusão econômica e cidadã das pessoas, a partir da sua organização em empreendimentos sociais.

O trabalho está estruturado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução, que contempla a contextualização do estudo, sua problemática, objetivo almejado e contribuições advindas. Na segunda seção, faz-se o enquadramento teórico, construindo um quadro conceitual em torno da questão de estudo, com especial referência à abordagem dos temas considerados pertinentes para a análise desta problemática. A terceira seção trata dos aspectos metodológicos e procedimentos de pesquisa aplicados, seguidos da apresentação do estudo de caso, evidenciando a caracterização socioeconômica e

demográfica do grupo onde foi feito o estudo, a problemática identificada, os objetivos da intervenção realizada, as premissas de trabalho e os instrumentos de abordagem e condução do projeto. Em seguida, na quarta seção, mostram-se os dados obtidos, discutindo seus resultados e implicações. Na última seção são expostas as considerações finais, seguidas das referências utilizadas no estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentação do tema, o enquadramento teórico aborda as implicações resultantes das desigualdades sociais, ou seja, a desigualdade de distribuição da riqueza entre os indivíduos, discutindo a redução dos benefícios do trabalho e o processo de precarização laboral em que muitos trabalhadores se encontram hoje. Além disso, efetua-se uma reflexão sobre a inovação social como forma de contribuir para a redução das desigualdades existentes, relatando o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares como indutoras de incubação de empreendimentos sociais.

Implicações das desigualdades sociais no Brasil e no Mundo

A desigualdade social é um fenômeno atual, brasileiro e mundial, cujo crescente mostra-se um dos principais problemas a ser enfrentado pelas nações na atualidade (Cavalcante, 2020, pp. 7). O combate a esta questão representa uma ação fundamental na agenda da "sustentabilidade" e dos "objetivos do desenvolvimento sustentável" (Un, 2010), acordados na Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Un, 2012a, 2012b, 2015). Assim, o tema está presente na pauta da comunidade internacional, em face da legítima preocupação com o futuro da humanidade, caso o atual modelo de sociedade não se ajuste a um contexto mais sustentável, com ações efetivas contra as desigualdades, a pobreza e as injustiças no mundo.

Embora seja possível identificar ações desenvolvidas no Brasil, voltadas à promoção da melhoria da qualidade de vida e renda das classes menos favorecidas, elas são pontuais e não se dão de forma sistematizada, contínua e organizada, principalmente considerando o grande número de pessoas que vivenciam tais dificuldades.

É importante assinalar que o desequilíbrio social não aparece de forma acidental. Na verdade, é resultante de um conjunto de relações abrangidas nas esferas da vida social. No âmbito econômico, ele se materializa em consequência das relações desiguais estabelecidas entre os fatores de produção, que levam à exploração do trabalho e à concentração de riqueza nas mãos do capital. No campo político, ele aparece por causa da exclusão da população das decisões dos governos, em face da aplicação de um processo de escolha coletiva onde os valores e preferências dos cidadãos mais vulneráveis são ignorados ou desconsiderados como política pública governamental. Como resultado, conforme Silva e Carneiro (2016, pp. 39), tem-se, de maneira geral, a formação de trabalhadores contrapostos a variadas e severas adversidades, próprias de setores populares historicamente fragilizados por sua inserção subalterna na estrutura econômica.

Por conseguinte, na prática, o desequilíbrio social tem sido fruto, principalmente, da distribuição desigual de renda, especialmente nos países mais pobres, tendo como consequência direta o aumento da pobreza (Oxfam Brasil, 2019; Piketty, Saez & Zucman, 2018; Atkinson, 2016; Piketty, 2014; Oxfam International, 2015). Trata-se de uma tendência preocupante, considerando que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 34 países, a maioria industrializados,

divulgou estudo que indica o aumento da desigualdade de renda nos seus membros mais ricos (Organisation for Economic Co-operation and Developments, 2015). Dito de outra forma, a riqueza global está cada vez mais desigual, concentrada nas mãos de um pequeno número de bilionários (Oxfam Brasil, 2019). Fernandes (2015) relata que os principais fatores que explicam o aumento dessa desigualdade são as mudanças ocorridas no mercado de trabalho nas últimas décadas, que tiveram implicações nos empregos de baixa qualificação, pois estes não obtiveram o mesmo ritmo de evolução que alcançaram as pessoas mais qualificadas, em setores com alta demanda, como a tecnologia da informação ou as finanças.

No caso brasileiro, tem-se, conforme o PNUD, resultados que apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,754 em 2021. Com isso, o Brasil passou a ocupar a 87ª posição do ranking mundial, fruto principalmente de um quadro de desigualdade de renda (Pnud, 2022). Embora integrando o rol das grandes potências econômicas mundiais e figurando entre os nove países com o Produto Interno Bruto (PIB) mais elevado, o Brasil é um país que apresenta um dos piores índices no que se refere à desigualdade social, comparativamente ao restante do mundo (Piketty, Saez & Zucman, 2018; Cepal, 2018; Nakagawa, 2016). Tal situação resulta da elevada concentração de renda nas mãos de uma pequena minoria da população brasileira (Cavalcante, 2020, pp. 7), com aumento nas taxas de miséria e pobreza (OECD et al., 2019; Végh et al., 2019; Neri, 2018; Assouad, Chancel & Morgan, 2018). Como consequência, tem-se metade da população ativa recebendo menos de dois salários mínimos e a taxa de informalidade mostrando-se crescente ao longo do tempo (Ibge, 2022a). Some-se a isto, a falta de investimentos em políticas sociais, devido a retrocessos nas políticas públicas (Lawson & Martin, 2018; Oxfam Brasil, 2018), cuja inserção transformadora da cidadania, do trabalho e da renda poderia estar voltada a indivíduos e grupos em situação de desamparo social e econômico (Ibge, 2022b; 2018).

Cabe, também, assinalar, conforme Boito Junior (2002), que, historicamente, o Brasil adotou políticas sociais que contribuíram para a marginalização de setores da população trabalhadora do país. Iniciando num contexto populista a partir de 1930, foram adotadas relações trabalhistas e sociais restritas a um pacote mínimo e precário de direitos civis e políticos (Boito Junior, 2002, pp. 29). Com isso, não se implementou uma cidadania social ampla e igualitária, o que reverbera no quadro de desigualdades sociais presentes no contexto político-econômico-social que rege atualmente a vida em sociedade e as relações com a classe trabalhadora brasileira (Sampaio, 2023).

Portanto, o desequilíbrio social torna-se um tema presente na pauta da comunidade internacional e brasileira, em face da legítima preocupação com o futuro da humanidade, caso o atual modelo de sociedade não se ajuste a um contexto mais sustentável, com ações efetivas contra as desigualdades, a pobreza e as injustiças. Além disso, no caso brasileiro é preciso considerar, ainda, o papel governamental no financiamento de projetos de transformação da cidadania, do trabalho e da renda, para se discutir a contribuição das iniciativas de inclusão social das políticas locais de enfrentamento da pobreza. Essas iniciativas podem materializar-se mediante ações voltadas a indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica, a partir dos principais elementos do "empreendedorismo social". Assim sendo, é fundamental desenvolver políticas públicas para a inserção de trabalhadores informais, respondendo às novas relações no mundo do trabalho, onde a população excluída do trabalho formal estabeleceria, através de práticas de organização e educação, uma nova relação com a sociedade.

A implantação de políticas públicas para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável tem negligenciado o incentivo ao desenvolvimento sistemático de inovações sociais. Millard et al (2016) destacam que mesmo os países desenvolvidos acabam por ignorar o potencial da inovação social, já que, apesar de ser possível identificar ações voltadas à inovação social em todo o mundo, a falta de sistematização dificulta a sua identificação e contabilização. Além disso, há "o potencial e a força que uma implantação mais sistemática de teorias, métodos e práticas de inovação social poderiam trazer" (Millard et al, 2016), já que se trata de um "novo conceito que necessita ser adaptado à realidade das "organizações de impacto social", tendo em vista que estas possuem problemas diferentes daqueles enfrentados pelos outros setores da economia" (Rodrigues, Sugahara, & Benedicto, 2017). Por sua vez, Minayo (2012) destaca que "fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas", onde "o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados".

Por representar um espaço privilegiado de produção e disseminação de conhecimento, as universidades possuem papel central na organização da sociedade contemporânea, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais isenta de desigualdades e que preconize o desenvolvimento socioeconômico justo e igualitário (Gaviraghi, Goerck, & Frantz, 2019, pp. 463). Existem, mundialmente, inúmeros exemplos de aproximação universidade-sociedade, onde o panorama econômico e social é redesenhado através da geração de conhecimento vital para atingir o desenvolvimento socioeconômico.

Ao se analisar o relatório sobre os avanços alcançados com a implementação da "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", constata-se, com base nos dados mais recentes disponíveis, que os progressos realizados e os restantes desafios para alcançar os dezessete objetivos estabelecidos não têm ocorrido rápido o suficiente para atingir as metas previstas ao fim dos próximos sete anos (Un, 2018). Dessa forma, apesar de as pessoas estarem vivendo melhor do que viviam há algumas décadas passadas, a taxa de progresso mundial não está conseguindo acompanhar o ritmo necessário para alcançar os Objetivos em 2030, conforme aspirados nesse ambicioso documento (Un, 2021).

De acordo com a Organização das Nações Unidas, "o cumprimento da Agenda 2030 requer medidas imediatas e aceleradas por parte dos países, assim como alianças colaborativas entre os governos e as partes interessadas em todos os níveis" (Un, 2018, pp. 3). No Brasil, a situação é ainda mais crítica, já que nem mesmo as propostas da Agenda 2030 têm servido para nortear as políticas públicas e as legislações que vêm sendo formuladas no país nos últimos anos (Gameiro, 2021). Conforme o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil da OMS, o Brasil vem se afastando, cada vez mais, das metas de desenvolvimento sustentável propostas na Agenda 2030 (Ilo, 2018; Cswg, 2018).

Dados do relatório Luz 2022 (GTSC A2030, 2022), documento elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, formado por 57 organizações e fóruns de todo o país, mostram que, no Brasil, a gestão federal em curso desde 2019 é publicamente contrária aos princípios da Agenda 2030 e não tem alcançado nenhum progresso nas 169 metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Diante de um contexto de crise sanitária e climática de ordem global, o aumento da pobreza, da fome, da perda de biodiversidade e da qualidade de vida no Brasil indicam, de forma irrefutável, uma sociedade adoecida não apenas pelos efeitos devastadores da pandemia da COVID-19, mas, também, pelo crescimento das desigualdades (GTSC A2030, 2022). Consequentemente, por efeito desse cenário de crise política, econômica e social, o desemprego contribui para o crescimento do número de trabalhadores desocupados,

gerando um problema social que vem se agravando paulatinamente (Ibge, 2022).

Diante disso, urge a implantação de uma "Política de Estado" para reformulação da rede de proteção social, com diretrizes que reconheçam as obrigações do Estado no âmbito da proteção social, destinada a salvaguardar a todas as pessoas ao longo do ciclo de vida e reduzir a vulnerabilidade socioeconômica no país. Conforme Silva e Carneiro (2016), a leitura da realidade social vivida pelos empreendimentos de economia solidária no país, por consequência de seus trabalhadores, envolve intervir com políticas sociais, por meio de programas específicos de apoio e fomento. Logo, é preciso habilitar a organização de trabalhadores sob a forma de trabalho associativo, em diferentes setores da economia, sobretudo naqueles de menor exigência de capital, proporcionando-lhes: i) condições de atuação econômica; ii) capacitação na dinâmica interna de gestão; e iii) alternativas para a construção de relações socioeconômicas com a sociedade.

Assinala-se, entretanto, que "Políticas Sociais" se diferenciam de "Políticas Públicas", na medida em que a segunda engloba todas as ações do Estado para a implantação de um projeto de Governo, enquanto que a primeira, conforme Marshall (1967), é a política dos governos relacionada à ação que exerça um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos, ao proporcionar-lhes serviços. Portanto, as políticas sociais são, em princípio, voltadas para a redistribuição dos benefícios sociais visando a redução das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Guimarães e Pereira (2015) destacam que "a luta pela sobrevivência esbarra no trabalho ou na falta deste, privação esta traduzida na informalidade, que é um limite legal politicamente definido". Na realidade brasileira, o mercado formal de trabalho não é acessível a grande parte da população, que, apesar de atuar no mercado informal, é considerada desempregada. Nesse contexto, os trabalhos formal e informal impactam de forma distinta a vida das pessoas. Enquanto trabalhadores formais têm oportunidade de lutar por dignidade e cidadania, a busca por subsistência faz com que os que se encontram na informalidade acabem lutando por sua sobrevivência. O trabalho informal, caracterizado por não requerer conhecimentos prévios, e por poder ser realizado por qualquer pessoa, requer o emprego de baixa ou nenhuma tecnologia. Por sua vez, o trabalho formal, em geral, requer algum *know-how*, equipamento ou conhecimento técnico. A grande diferença entre eles, segundo Guimarães e Pereira (2015), está na tecnologia empregada.

Martin e Osberg (2015) apontam o empreendedorismo social como forma de promover mudanças transformadoras na sociedade. Esses autores estudaram líderes e empreendimentos sustentáveis, visando encontrar caminhos para o sucesso de empreendimentos sociais. Os resultados desse estudo apontaram que, nos empreendimentos sociais bem-sucedidos, houve a preocupação de tratar especialmente dois aspectos: os atores envolvidos e a tecnologia instrumental aplicada.

Uma política pública de inclusão precisa reconhecer as diferenças e desigualdades da sociedade contemporânea. Entender as causas estruturais do baixo nível de escolaridade, a fim de que possa propor e fomentar ações efetivas de transformação das condições desse público. Dentre tais ações pode-se destacar a revisão das exigências inerentes à legalização de suas atividades, o acesso a linhas de crédito com juros baixos, bem como o fomento à tecnologia e inovação.

No Brasil, a despeito de alguns poucos avanços sociais obtidos desde 2003, as desigualdades sociais permanecem crescentes, estando a riqueza concentrada nas mãos de poucos. Por outro lado, o acesso às políticas governamentais de fomento está atrelado ao cumprimento de uma série de exigências legais e documentais que acabam por torná-lo altamente restritivo. Como aqueles que se encontram na informalidade, em geral

pertencentes à parcela menos favorecida da população e que deveriam ser privilegiados por tais políticas, podem ter acesso a tais linhas de crédito, se não são capazes de atender às exigências impostas pelos órgãos públicos? É preciso rever as políticas públicas de inclusão social, de forma a permitir que os benefícios delas oriundos atinjam a toda a sociedade, servindo de alicerce para o desenvolvimento do país.

O empreendedorismo social é um tema que recebeu muita atenção na literatura nas últimas décadas (Granados, Hlupic, Coakes, & Mohamed 2011; Dacin, Dacin, & Tracey, 2011), tendo sido objeto de debate de várias e diferentes escolas de pensamento no campo socioeconômico (Young & Lecy, 2014; Bacq & Janssen, 2011; Defourny & Nyssens, 2010; Galera & Borzaga, 2009; Dees & Anderson, 2006). Todavia, limitou-se a um debate conceitual que ocupou um espaço restrito sob um campo de definições estreitas (Doherty, Haugh, & Lyon, 2014). Mais recentemente, contudo, tem havido uma ampliação no campo de debate sobre o empreendedorismo social, com o surgimento de consideráveis esforços para descrever plenamente a diversidade total dessa atividade, construindo tipologias para contemplar a ampla gama de organizações abrangidas dentro dessa rotulação (Bull & Ridley-Duf, 2018; Defourny & Nyssens, 2017; Kerlin, 2013; Alter, 2007).

Essa tendência também tem sido observada no campo social (Dacin, Dacin, & Matear, 2010), ainda que as fronteiras do empreendedorismo nesse campo permanecem difusas (Santos, 2012), sem ainda ter chegado a um consenso sobre o que torna a empreendedorismo social diferente do empreendedorismo tradicional (Ranville & Barros, 2022; Doherty, Haugh, & Lyon, 2014). Segundo alguns estudiosos, "definir o empreendedorismo social (em oposição ao conceito clássico) é difícil" (Ranville & Barros, 2022) porque o "social é um conceito carregado de valor" (Choi & Majumdar, 2014) e a sua "base normativa não é clara" (Bruder, 2020).

Apesar da falta de definição teórica, explicitando os tipos de objetivos que as formas de empreendimentos devam alcançar, Peredo e McLean (2006, pp. 59) situam os diferentes tipos de empreendedorismo social em um continuum, em termos de proeminência de seus objetivos, e o definem como empreendimentos que visam aumentar o 'valor social'; ou seja, sua intenção é "contribuir para o bem-estar de uma determinada comunidade humana". À vista disso, o empreendedorismo social pode funcionar como mecanismo tanto para "fornecer bens e serviços que atendam a necessidades não atendidas" (Defourny & Nyssens, 2017, pp. 2487), como para promover a democracia econômica ou abordar problemas sociais específicos como "desemprego, pobreza, subdesenvolvimento ou deficiências de todos os tipos, entre outros fatores, que podem causar marginalização ou exclusão" (Defourny, 2014; Defourny, 2009). O empreendedorismo social também pode ser aplicado como prática para abordar problemas sociais por meio de intervenções visando "criar externalidades positivas" (Bacq, & Lumpkin, 2021; Santos, 2012) ou "responder a falhas de mercado" (Mair, 2020; Austin, Stevenson, & Wei-Skillern, 2006).

Assim sendo, o empreendedorismo social se apresenta como uma alternativa para a geração de trabalho e renda, em especial para a parcela da população mais vulnerável. Por este motivo, o desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária pode ser um caminho a ser estimulado por políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade. Conforme Silva e Carneiro (2016, pp. 7), "o reconhecimento da diversidade de estratégias populares para a geração de trabalho e renda é um passo fundamental para a criação de mecanismos para a valorização de seu potencial produtivo". Mas a "elaboração de canais de produção e circulação de informações fidedignas sobre a realidade dessas experiências" é importante para "a obtenção de um conjunto considerável de informações" que permita "compreender seus principais padrões de localização e manifestação bem como seus pontos de conexão com o sistema econômico mais geral e os espaços de disputa política que seus

atores estão envolvidos" (Silva & Carneiro, 2016, pp. 8).

Portanto, iniciativas neste sentido devem ser formatadas de maneira a se contrapor às variadas e severas adversidades com que se defrontam os trabalhadores que atuam no universo da economia solidária, dados os obstáculos na formalização do empreendimento e obtenção de assessoramento técnico, além da luta para capacitação para produção e comercialização de produtos e serviços, além das dificuldades no acesso a crédito e financiamentos.

Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares

A crise econômica brasileira, apontada com início em 2016, mudou o quadro de estabilidade, vigente desde o início da década de 2000, em que havia vagas para quase todos trabalhadores no mercado de trabalho do país. Dados do IBGE (2022) mostram que a COVID-19, no Brasil, trouxe consequências danosas à saúde da população e à economia, acarretando queda da renda e destruição de postos de trabalho, atingindo recordes históricos em 2020.

Esse cenário se torna agravante por estar sob um sistema capitalista injusto, onde a precarização e o subemprego têm lugar de destaque, gerando grande número de excluídos. Tal amplitude pode ser vista na miséria atualmente presente ao longo de todo o território brasileiro, onde a situação política e econômica, associada a fatores históricos contribuem para acentuar esse problema.

Diante de tal realidade, a inovação social surge como caminho a ser trilhado na busca de alternativas de trabalho para uma parte marginalizada da população que se encontra sem perspectivas de oportunidade de emprego. Assinale-se, contudo, conforme Capucha (2019, pp. 35), que o acesso a um emprego não é condição suficiente para a ruptura com a pobreza, já que tudo depende da qualidade do emprego e das suas recompensas intrínsecas (possibilidade de aprender, satisfação com o conteúdo das tarefas, sentimento de utilidade pessoal e social, condições de trabalho, etc.) e extrínsecas (remuneração, acesso aos sistemas de proteção social, etc.). Além disso, finaliza o autor, são, também, condições necessárias para se romper com a pobreza e a exclusão, prevenindo contra esses fenômenos: i) as condições de moradia; ii) o acesso a equipamentos sociais para os familiares dependentes; iii) a saúde; iv) a educação; e v) o pertencimento a uma comunidade não discriminada.

Para Scholz, Rosa e Borges (2014), os processos de atuação de uma incubadora de empreendimentos solidários promovem a articulação com as políticas públicas e operam no âmbito coletivo dos empreendimentos na perspectiva da educação para a autogestão. Segundo Magalhães et al. (2015, pp. 75), "promover aprendizagem é fator preponderante nos processos de incubação".

Daí a importância de se promover políticas públicas específicas de emprego para populações socialmente desfavorecidas. Neste sentido, em 1995, inspirado nas incubadoras de empresas, surge o primeiro programa de extensão universitária no país, visando fazer a incubação tecnológica de cooperativas populares. Gestado no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi concebido como um centro de tecnologia para disponibilizar conhecimentos e recursos acumulados na universidade pública de forma a gerar, por meio do suporte à formação e desenvolvimento (incubação) de empreendimentos solidários autogestionários, alternativas de trabalho, renda e cidadania para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica.

No apoio aos empreendimentos sociais é preciso "valorizar novas ideias ultrapassando as fronteiras disciplinares e organizacionais criadas para resolver velhos

problemas" (Drayton, 2006, pp. 89). No tocante às incubações de cunho tecnológico, deve-se aplicar metodologia que utilize técnicas de gestão e engenharia de produção, combinadas com conhecimentos e parcerias de outras áreas, num processo contínuo de adequação ao tempo e às mudanças naturais nesse mecanismo coletivo de aprendizado e criação de conhecimento. Centrado na promoção do cooperativismo popular, criam-se metodologias e desenvolvem-se ações de inclusão e valorização do trabalho de grupos sociais que estão nas bordas da economia informal e, por isso, não são enxergados pelos agentes da economia formal. A incubação, nesse caso, pode ser feita intervindo diretamente em empreendimentos econômicos solidários ou na forma de transferência de tecnologia de incubação para assessorar outras incubadoras e subsidiar políticas públicas de trabalho e renda.

Entendendo o cooperativismo popular como um importante vetor de transformações sociais, pelos princípios e valores envolvidos na sua prática, deve-se trabalhar com grupos ao invés de indivíduos isoladamente. A meta deve ser fomentar a cooperação, não somente dentro do grupo, mas também entre este e seu entorno social. Assim, a atuação deve ser pautada no desenvolvimento de um modelo de gestão e de retribuição do trabalho mais igualitário e democrático do que a forma dominante na sociedade, tendo a educação e a multiplicação do conhecimento como pilares principais.

Sendo instrumentos de assessoria e formação no processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários, as incubadoras tecnológicas desenvolvem inovações em suas ferramentas de ação e metodologia, propiciando um ambiente de transformação na vida dos cooperados. Ao longo do tempo, novas técnicas de gestão têm sido investigadas e implantadas, com vistas a melhorar a qualidade do processo de incubação, de forma a contribuir para o desenvolvimento de empreendimentos sustentáveis, que agreguem valor aos seus produtos, e sejam capazes de responder à melhoria da qualidade de vida de seus associados, seguindo os princípios de solidariedade e cooperativismo.

Por conseguinte, as políticas públicas para a reinserção de trabalhadores informais no mercado de trabalho, precisa considerar que tais cidadãos, e suas famílias, já participam das trocas econômicas e das relações sociais. As ações implementadas devem ser norteadas para a sua inclusão no mercado formal, a partir de um novo acordo de tempos melhores, onde tais grupos possam estabelecer, através de práticas de organização e educação, uma nova relação com a sociedade. Dessa forma torna-se possível a formação, não apenas de trabalhadores, mas também de cidadãos.

Através do processo de incubação, as cooperativas atendidas devem receber capacitações e assessorias em cinco diferentes áreas, que compõem os eixos de atuação da incubação, tendo sempre como foco o fortalecimento do empreendimento. A ação precisa ser desenvolvida com base em um "Plano de Negócios" e funcionar como uma linha mestre, a partir da qual seriam desenvolvidos três eixos de trabalho: (i) Gestão; (ii) Tecnologia; e (iii) Cidadania.

No eixo gerencial, que enfoca aspectos econômicos, administrativos e financeiros, se verifica, a partir de um "plano de negócios" estabelecido, as necessidades de capital para o empreendimento, seja de giro do negócio, ou para aquisição de equipamentos e maquinários. Deve-se fazer, então, um trabalho de orientação, para a captação de recursos ou obtenção de apoio operacional. Esse eixo é responsável, ainda, pelo trabalho de acompanhamento e de melhoria do planejamento financeiro e pela organização do grupo, além de nortear a gestão administrativa do negócio. No eixo tecnológico se realiza o diagnóstico da qualificação profissional, investigando-se os equipamentos e maquinários que a cooperativa possui, comparando-os à tecnologia existente para o setor ao qual o

empreendimento econômico solidário pertence, ou seja, efetua-se uma análise do que ele tem e do que poderia ter. A partir daí é desenvolvido o planejamento de capacitações e assessorias para a melhoria tecnológica do empreendimento econômico solidário. Por fim, no eixo cidadania, se trabalha o diagnóstico e o planejamento das ações de melhoria daquele cidadão, seja sua volta à escola, sua qualificação, ou formação profissional, e seu acesso a políticas públicas disponíveis.

Operacionalmente, a metodologia de incubação social se divide em três fases. A primeira é a pré-incubação, que tem como foco central a organização e o fortalecimento do grupo, baseada nos princípios da economia solidária. Nessa fase se prevê, também, a definição do negócio propriamente dito, ou seja, a definição da atividade econômica a qual irão se dedicar. É nessa fase que os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem ferramentas básicas, visando estabelecer o estatuto, definir os objetivos, estruturar a forma de atuação, etc. A etapa subsequente trata da incubação e corresponde ao processo de fortalecimento do empreendimento, possuindo dois focos: i) o fortalecimento da autogestão; e ii) a maturidade do empreendimento. Neste processo a assessoria e a formação se constituem em atividades básicas da equipe, desde o eixo da gestão do empreendimento até a sua inclusão em redes. Por último, tem-se a desincubação, cujo foco central é a busca pela autonomia do empreendimento social, dado que, a partir desse momento, a ação junto à incubadora se retrai. Nessa perspectiva, o fortalecimento de sua ação em rede deve ser o foco principal.

Na busca pela sustentabilidade do empreendimento social, faz-se necessária, também, a agregação de valor à atividade desenvolvida. Para tal, entende-se que a tecnologia seria a única forma de agregar valor ao trabalho. Porém, antes da chamada inclusão tecnológica, há duas outras inclusões que, também, são necessárias: i) a inclusão econômica, a partir da qual o empreendimento social começa a ter relações entre seus pares definida não mais pela vizinhança, mas pela troca e construção de produtos; e ii) a inserção social, que se dá pelo acesso por parte desses trabalhadores às políticas de direito do cidadão, que tem como base as políticas públicas, às quais ele já deveria ter tido acesso.

Com relação à inclusão econômica, esforços para o alcance de uma economia ambientalmente sustentável estão sendo desenvolvidos no Brasil, ainda que lentamente. Hoje, já podem ser identificadas algumas ações que mostram o comprometimento com o desenvolvimento sustentável e que direcionam num movimento para incorporar a economia circular na produção e consumo no país (Cosenza, Andrade & Assunção, 2020).

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa adotou como método um estudo de caso aplicado a um empreendimento econômico solidário, revisando as diversas ações implementadas e as subseqüentes implicações que as mesmas trouxeram para as doceiras objeto da intervenção realizada. A seguir são descritos os componentes mais relevantes relativos ao estudo de caso utilizado na investigação, com o intuito de permitir confrontar a magnitude observada (inserção social), o comportamento dos atores (mulheres doceiras) e o resultado de suas possíveis interações em termos de incubação de uma cooperativa popular.

Procedimentos aplicados à pesquisa

Trata-se de uma pesquisa que emprega uma abordagem descritiva e exploratória, para caracterizar e relatar a natureza das variáveis que se pretende conhecer (Köche, 2007). Para isso, aplicou-se a metodologia de estudo de caso (Eisenhardt, 1989) para investigar um grupo de mulheres doceiras, com o intuito de identificar e avaliar as

alternativas mais significativas (Berry & Otley, 2004) na criação de trabalho e renda na municipalidade de Tumiritinga, analisando as questões ["como" e "porque"] de forma mais abrangente e detalhada no seu contexto real (Yin, 2018).

Para lograr o objetivo enunciado, seguiu-se um protocolo de investigação qualitativa baseado em Patton (2015), onde as fases descritivas de análise constroem uma base para uma fase interpretativa em que o significado é extraído dos dados. A coleta de dados deu-se com base em análise documental dos registros do projeto, abrangendo o período 2012-2018. O foco desse projeto era a criação e incubação de uma cooperativa popular, mediante a ação de organização de um grupo de mulheres doceiras em um empreendimento econômico solidário, com vistas à inserção socioproductiva dessas mulheres que se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Com vistas a possibilitar uma melhor compreensão da metodologia utilizada, a contextualização do estudo de caso foi dividida em três etapas principais: i) Diagnóstico e definição de estratégias; ii) Desenvolvimento e estruturação do grupo, e iii) Processo de Incubação.

O caso das doceiras de Tumiritinga: uma breve caracterização

A cidade de Tumiritinga está situada no interior de Minas Gerais, região Sudeste do Brasil, no Vale do Rio Doce, localizando-se a aproximadamente 380 km da capital do Estado. Com a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, no final do Século XIX, foi estabelecida uma parada no local, propiciando o desenvolvimento da cidade. Ao longo do tempo, com o esvaziamento econômico da região, os trilhos do trem se tornaram ponto de distribuição de doces de um grupo de mulheres da região. É nesse cenário que se desenvolve o caso das doceiras de Tumiritinga.

Etapa 1 - Diagnóstico e definição de estratégias

Historicamente, algumas mulheres da cidade conseguiam o sustento ou a complementação de suas rendas, a partir da produção artesanal de doces, em especial a cocada. A comercialização das cocadas feitas por essas doceiras se dava de forma individual e desorganizada, através da janela do trem, aproveitando uma parada de apenas três minutos na estação ferroviária da cidade.

Se, por um lado, a comercialização nos trilhos ajudava no sustento dessas doceiras, as condições de insegurança e vulnerabilidade, por outro, não lhes permitiam melhoria da qualidade de vida de suas famílias. Dentre os problemas enfrentados havia o risco de vida iminente para mulheres e crianças na linha do trem, além do fato de que haveria uma troca no modelo do vagão dos trens, que não mais teriam janelas abertas, impossibilitando a realização do comércio dessas doceiras.

No entanto, estando elas acostumadas a realizar seu trabalho de forma individual, a mudança de paradigmas foi o primeiro grande desafio a ser vencido no projeto, já que na primeira fase do projeto elas continuariam a desenvolver seus produtos individualmente, e se uniriam para comercializar para a empresa ferroviária, em face de os produtos passarem a ser vendidos dentro dos vagões do trem.

Por conta disso, iniciou-se a sensibilização das mulheres para que buscassem identificar os propósitos almejados pelo grupo. Em seguida, buscou-se trabalhar um processo formativo na área do cooperativismo e da produção de doces. Este modelo contribuiu para o fortalecimento da economia da região, sendo passível de ser replicado em outras localidades brasileiras que tenham sistema de transporte similar.

A proposta de vender os doces no interior do trem trouxe outras questões, já que elas poderiam fazer a venda por conta própria, ou por meio da empresa que explora o serviço de alimentação nos vagões durante o transporte dos passageiros. Esta opção, no entanto, iria requerer que os produtos atendessem a requisitos mínimos de qualidade e padronização, devendo ser regularizado e aprovado pelo sistema de licenciamento municipal. Portanto, era importante trabalhar na melhoria da qualidade dos produtos, atendendo às normas de higiene, entre outros requisitos de licenciamento, além de estabelecer parâmetros para a produção conjunta, que envolveria a formação de uma cooperativa, e a instrumentalização das doceiras.

Etapa 2 - Desenvolvimento e estruturação do grupo

Como forma de potencializar esse espírito empreendedor, aproveitar um produto já conhecido na região e promover melhorias na qualidade de vida desse grupo de mulheres, foi conduzido um trabalho de organização do grupo em um empreendimento que pudesse responder às suas necessidades econômicas, respeitando seus saberes e capacidades.

A ação foi desenvolvida em fases, ao longo de sete anos, iniciando com um diagnóstico que indicou que o grupo era composto por trinta e três doceiras e permitiu compreender a realidade do grupo, suas histórias, vivências e relação com a comunidade. Isso possibilitou identificar o potencial de as mulheres constituírem uma marca local, por serem identificadas pelos passageiros como "as doceiras de Tumiritinga".

Como não seria mais possível a participação de todas na venda, optou-se, inicialmente, pela realização de um rodízio, onde, a cada momento, cinco mulheres efetuavam a venda para o grupo. Para isso, as doceiras foram treinadas e uniformizadas, e a comercialização passou a ser realizada durante o percurso Tumiritinga – Governador Valadares – Tumiritinga.

Esta operação permitiu a continuidade da comercialização dos produtos e a mudança no procedimento de venda, mas exigiu uma abordagem formativa, que fosse além da ação imediata de retirada das doceiras de suas atividades. Ultrapassado o primeiro obstáculo, novos desafios se apresentaram, como a melhoria da qualidade dos produtos, a consideração das normas de higiene e saúde pública, além do desenvolvimento do grupo, da produção e da comercialização dos doces.

O trabalho foi estruturado a partir da capacitação de uma equipe local, capaz de dar continuidade às ações e desenvolver um relacionamento mais fecundo com as instituições e atividades na cidade.

Apesar da aparente boa convivência das doceiras na comercialização de seus produtos, o grupo tinha grande resistência em relação à realização de atividades conjuntas, especialmente de produção. Além disso, algumas doceiras haviam tido uma experiência frustrada de formação de cooperativa em algum momento anterior, o que fazia com que tivessem uma resistência inicial à ideia da criação de um empreendimento dessa natureza.

Gaiger e Kuyven (2019, pp. 817) destacam que os empreendimentos econômicos solidários organizados na forma de cooperativas tendem a ser mais bem estruturados em relação a estratégias de mercado, à geração de resultados e à adoção de hábitos de gestão democrática. Todavia, apesar de se acreditar que o modelo cooperativo era a melhor opção para o caso das doceiras de Tumiritinga, o trabalho foi focado no desenvolvimento do grupo, sendo delas a opção de formar ou não um empreendimento cooperativo.

A relutância das mulheres à participação em ações conjuntas tinha por base especialmente a descrença de que tais ações pudessem trazer bons frutos para suas vidas. Para vencer tais resistências, a estratégia adotada foi desenvolver atividades que

desnudassem os benefícios oriundos do trabalho coletivo. Nesta perspectiva, buscou-se a identificação de outros mercados para comercialização coletiva, estratégia denominada "para além das janelas do trem", que possibilitasse o aumento de renda, como a participação em feiras em municípios da região. Além disso, trabalhou-se o despertar do lado cidadão, político e social dessas mulheres, estimulando-se articulações com outros grupos de doceiras e artesãos. Tais articulações ajudariam, mais tarde, na construção de uma rede de economia solidária que possibilitaria a abertura de mercado e comercialização de produtos em outros municípios.

A logística necessária para o transporte dos produtos para as feiras não permitia a participação de todas as doceiras, sendo necessário garantir a identificação das cocadas que seriam comercializadas. A catalogação das cocadas foi fruto de um trabalho coletivo e contribuiu para que se estabelecesse um novo padrão de relação de confiança entre elas, que passaram a comercializar o produto umas das outras.

Etapa 3 - Processo de Incubação

As ações desenvolvidas pela incubação partiram do princípio norteador de que, tanto para a definição do processo de formação e capacitação, quanto para a definição da viabilidade econômica do empreendimento econômico solidário seria necessário um trabalho consistente de prospecção, capaz de revelar as reais possibilidades de sucesso da empreitada.

Portanto, além de avaliar a viabilidade econômica e cooperativa desse grupo de mulheres, era de suma importância também identificar alternativas viáveis de criação de trabalho e renda na região onde o trabalho era desenvolvido. Por conseguinte, aspectos como o estado organizacional dos envolvidos, suas relações com a comunidade em geral, a negociação com os fornecedores, a economia local e os arranjos produtivos locais, foram percebidos como inputs relevantes para a arquitetura de um projeto social consistente e viável.

Através do processo de incubação, a cooperativa atendida recebeu capacitações e assessorias nas áreas de gestão, mercado, cidadania, tecnologia, contabilidade, logística, dentre outras, tendo sempre como foco a preocupação com a garantia da sustentabilidade do empreendimento social e a formação de seus membros como cidadãos conscientes.

Enfrentar novos mercados trouxe ao grupo desafios maiores e a incerteza inerente ao processo de comercialização. Ao invés da venda realizada na janela do trem, onde encontravam clientes já acostumados e sensibilizados para o comércio de seus doces, era preciso sensibilizar e conquistar novos clientes que trafegassem pelas feiras que participariam. Essa nova realidade ajudou-as a entender que muito além do volume e do preço do produto, era importante considerar outros aspectos para o sucesso da comercialização de um produto.

A convivência com outros grupos produtores despertou nelas a percepção de padrões de qualidade. Na medida em que foram se fortalecendo de forma comunitária, começaram a reservar parte da venda das cocadas para custear futuras produções, sendo possível a introdução da ideia de conjunto.

As doceiras possuíam uma espécie de estatuto informal que ordenava a relação de comercialização e convivência nos trilhos. O que aparentemente era uma bagunça para quem olhava as mulheres correndo nos trilhos do trem, se mostrou uma forma organizada de venda. A localização nos vagões dos trens, por exemplo, era anteriormente determinada, fazendo com que uma não entrasse na janela da outra. Além disso, elas já haviam acordado outras questões, como valores e tamanho das cocadas, algo que não estava escrito, mas

servia de parâmetro para o grupo. Trazer à tona os acordos não formalizados, através da prática da comercialização coletiva, e uma formação técnica e cooperativa, facilitou o desenvolvimento do trabalho coletivo.

As parcerias são pontos chaves para a sustentabilidade de um projeto a médio e longo prazo. A perspectiva de ter as doceiras como empreendimento econômico pressupunha sua articulação tanto em nível econômico, quanto político. A principal parceria foi estabelecida com a Fundação Vale, responsável pela linha férrea, que forneceu apoio e suporte para o trabalho com o grupo. Outra importante parceria foi firmada com a Prefeitura local, que se sensibilizou com a proposta da cooperativa. A percepção positiva do trabalho das doceiras, inclusive como fator de projeção para o município, fez com que a Prefeitura Municipal de Tumiritinga colaborasse para o desenvolvimento das atividades do grupo, apoiando com o fornecimento de transportes para a participação em feiras e eventos na região e abrindo espaço para a comercialização dos doces em Tumiritinga. A Prefeitura, também, deu autorização para que as doceiras montassem uma barraca na feira semanal do município, o que contribuiu bastante para o fortalecimento da comercialização do grupo.

Outra parceria que merece ser mencionada foi a que se efetivou com a Rede de Economia Solidária, um movimento nacional que trabalha com empreendimentos de perfil similar ao das doceiras. Essa parceria possibilitou a participação das doceiras de Tumiritinga em feiras na cidade de Governador Valadares, além de contribuir para a realização de articulações políticas em nível nacional. A experiência junto a grupos da economia solidária foi muito importante no debate e formação dessas doceiras. O espaço aberto nas feiras e exposições para que a cooperativa pudesse realizar suas vendas obrigava a participação nas reuniões, possibilitando a elas um novo debate político com pares, em uma perspectiva diferenciada.

No início da produção coletiva, foi estabelecida uma parceria fundamental para o desenvolvimento do grupo: a Diocese de Governador Valadares autorizou o uso de sua cozinha industrial, que já possuía alguns equipamentos para a produção de doces, sem quaisquer ônus para o grupo.

Dado que o cooperativismo é o alicerce da atividade de incubação e que as doceiras, em função de experiências anteriores, traziam certa rejeição à ideia de cooperativas, resolveu-se trabalhar os conceitos e princípios de cooperativismo, sem nomeá-los, para superar tal rejeição e não trazer à tona preconceitos do grupo. O início deu-se com a criação de um fundo coletivo, com parte da receita da venda nas feiras para produção, que surgiu quase que naturalmente; posteriormente introduziu-se a ideia de gestão coletiva, em que a cada feira seria realizada uma reunião geral com todas as doceiras para discutir e avaliar todo o processo. Essa prática de autogestão, que não é simples, foi construída através das experiências vivenciadas e a perspectiva da construção do cooperativismo se deu através das feiras, da aliança de gestão e da organização das doceiras.

Em seguida, foi iniciado o trabalho de construção do estatuto, a partir das experiências vivenciadas pelo grupo. Desde os trilhos elas já possuíam um código básico de relacionamento, incrementado com a experiência vivenciada nas feiras. Desta forma, foi possível manter todo o potencial do cooperativismo e ultrapassar a rejeição demonstrada inicialmente.

Por se tratar de uma atividade surgida espontaneamente, de forma informal e individual, o objetivo de profissionalizar o grupo representava um desafio a ser explorado de uma maneira diferente. O trabalho da incubadora se desenvolveu a partir de intervenções, sendo construído a partir da realidade das doceiras. Conforme Oliveira (2017), a plenitude existencial, com realizações positivas e negativas, materializa nos

participantes uma aprendizagem em geral de mais resposta do que a formação formal.

Era preciso, portanto, trabalhar a qualidade dos produtos, o que pressupunha conhecimento das receitas dos doces. Para elas, as receitas das cocadas tinham grande valor e fornecer acesso a tais informações requeria confiança na equipe. Elas compreenderam que o cliente tem a possibilidade de escolher a cocada que deseja, dentre as diversas opções apresentadas. Considerando que elas praticavam o mesmo preço para os produtos, a qualidade e apresentação do mesmo passaram a ter importância decisiva na comercialização e havia o risco de algumas delas não venderem seus produtos. Esta questão foi um ponto chave para a discussão do processo de confecção das cocadas, perpassando desde a higienização do produto, até a manutenção, apresentação e venda do mesmo.

O trabalho de profissionalização foi efetuado a partir de atividades práticas, sendo seu conteúdo absorvido rapidamente. A partir do conhecimento das receitas, foi possível um trabalho de padronização dos produtos, com o apoio de uma profissional da área de nutrição, que abordou a questão da higienização e propiciou a construção de uma receita coletiva, firmando as bases para a construção da unidade de produção. Destaque-se que o trabalho se desenvolveu de forma participativa, com cada mulher contribuindo para a construção de um bem comum a ser concretizado numa receita única para a cocada.

A capacitação do grupo incluiu a abordagem de temas que envolviam produção, armazenagem, rotulagem, manipulação de alimentos, cuidados na embalagem dos doces, além da importância de utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como forma de proteção do produto e da doceira. Essas medidas seriam fundamentais para propiciar uma conscientização coletiva em relação a boas práticas com equipamentos e com a atividade desenvolvida, além garantir a proteção à saúde dessas trabalhadoras e reduzir os riscos de acidente de trabalho. Sendo assim, além da padronização da receita e da conscientização da importância da qualidade dos doces, foram definidos novos produtos. A cocada, antes comercializada apenas em um tamanho, passou a ser produzida em três tamanhos (grande, médio e pequeno), além da criação de um kit de produtos.

A busca pelo fortalecimento e ampliação do mercado da cooperativa considerou a prática de exposição das mercadorias nas feiras, com foco especial na feira semanal realizada na praça em frente à prefeitura de Tumiritinga.

Com a constituição da cooperativa, concretizava-se a oportunidade de as mulheres passarem a vender seu produto para o restaurante do trem, o que representaria uma demanda constante a cada mês. Para tanto se fazia fundamental que além da implantação de melhorias no controle da produção, fossem introduzidas melhorias no registro dos dados, no controle da validade dos produtos e sua etiquetagem. Foi contratada, então, uma empresa da região para fortalecer a identidade visual e a produção de material de divulgação nos formatos impresso e digital.

No eixo tecnológico, foram efetuadas mudanças na rotina de produção, com foco na higiene e padronização do produto final, além do uso de uniforme e a embalagem dos itens, visando melhorar a sua apresentação e incentivar as vendas.

No eixo financeiro buscou-se discutir pendências da situação financeira da cooperativa e das cooperadas; com foco na definição de uma sede própria para a cooperativa, que recebera uma doação para tanto.

A decisão de constituir a Cooperativa culminou com a elaboração de um Plano de Negócios e, conseqüentemente, a estruturação da gestão do empreendimento. O Plano de Negócios da Cooperativa de Doces Artesanais de Tumiritinga foi constituído considerando a perspectiva de mudança do foco de venda direta aos clientes na janela de trem, para uma unidade de produção que pudesse vender para outros mercados, como a empresa que

fornece a refeição no trem.

O grupo foi dividido em comissões, responsáveis pelas diferentes áreas administrativas: financeira, produção, etc. A elaboração de controles de entrada e saída, bem como o cálculo dos pagamentos a serem efetuados a cada participante, por exemplo, era feito pela comissão financeira. Este processo permitiu a participação, o aprendizado e o consequente fortalecimento do grupo. Até hoje, o grupo conta com as comissões formadas na ocasião, atuando ativamente.

O Projeto propiciou a melhoria da qualidade de vida das mulheres envolvidas, mudando sua condição de vendedoras ambulantes sobre os trilhos, para uma nova condição, na qual passaram a fazer parte de um grupo organizado, a partir de uma lógica cooperativista, ampliando suas perspectivas de progresso e crescimento.

Empreendedorismo e Inovação Social: resultados alcançados

Nesta seção, apresentam-se os resultados do estudo. Faz-se a análise desses resultados sob duas perspectivas: i) Análise descritiva das conquistas do grupo sob a forma de cooperativa; ii) Análise exploratória das melhorias conquistadas pelo grupo na redução de suas desigualdades socioeconômicas.

A estratégia "Para além das janelas do trem", que representava basicamente a expansão dos meios de venda, apresentou resultados extremamente positivos, pois em menos de um mês as doceiras dobraram seu faturamento. A conquista de resultados financeiros positivos contribuiu para disseminar o entendimento de que a venda deveria se dar de forma coletiva e que a necessidade da qualidade do produto era chave no processo.

Com a continuidade do trabalho, outros resultados foram conquistados, como a mudança no espírito cooperativo e o aumento da autoestima do grupo, além da obtenção em uma semana do faturamento antes obtido em um mês. Era claro que tais resultados se davam em decorrência da melhoria da relação com a comunidade, do trabalho em conjunto, da formação de parcerias, da participação em reuniões, associados à dedicação e organização para produzir em maior escala. A partir dessas ações foi possível aprofundar temas como logística, fundos, organização, cooperativismo.

Nesta fase do projeto se deu a sedimentação das atividades econômicas do grupo, efetuada com o apoio da nutricionista e o empoderamento das doceiras, a partir do fortalecimento da inter-relação do grupo, da autoestima e da sua relação com a comunidade. Esta foi a base de construção de uma cooperativa capaz de servir como uma alternativa de melhoria de vida e de representar uma proposta de futuro socioeconomicamente sustentável e integradora.

A organização destas mulheres em uma cooperativa, baseada no trabalho coletivo de produção e venda, que à primeira vista parecia um desafio intransponível, acabou se concretizando. O início da participação com maior frequência em feiras e eventos da região fez surgir, naturalmente, a necessidade da criação de um fundo para fazer frente às despesas. O crescimento do grupo e a ampliação de suas possibilidades foram contaminando positivamente as doceiras, incentivando-as a rever seus valores e a acreditar na possibilidade de mudança.

Nesta perspectiva, duas atividades contribuíram sobremaneira na elevação da autoestima dessas mulheres: (i) o Curso de Economia Solidária e Cooperativismo; e (ii) o Dia da Beleza Real, de valorização da Mulher Doceira. A primeira atividade, realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Tumiritinga, trouxe um sentimento de valorização para as doceiras, que ingressaram como protagonistas (alunas), num importante espaço social do Município. A realização do curso nas dependências da Câmara despertou nas

doceiras a preocupação em se apresentar melhor e bonitas, o que não acontecia nos cursos realizados na estação Ferroviária, ou, mesmo, no momento da venda de seus produtos.

O Dia da Beleza Real foi uma estratégia adotada para a melhoria da autoestima dessas mulheres doceiras. Efetuou-se uma parceria com salões de beleza locais e um estilista da cidade de Governador de Valadares, propiciando a cada uma dessas mulheres a oportunidade de cuidar de si próprias, fazendo o cabelo, a unha, entre outras possibilidades estéticas. O resultado foi impressionante! No dia seguinte, ainda era possível ver em seus rostos sinais de felicidade e um ar satisfação e autoconfiança.

A percepção de que o trabalho conjunto era o caminho para a sedimentação do crescimento do grupo fincou as bases para a criação de um empreendimento para essas mulheres, que já trabalhavam com a ideia da criação de uma cooperativa. Nessa ocasião, foi realizado um intercâmbio com a associação "Rio Limpo", que permitiu ao grupo conhecer de perto os desafios e superações de um trabalho coletivo.

Em 15 de maio de 2014, foi constituída a Cooperativa Doces Artesanais de Tumiritinga – COOPERDOCES TUMIRITINGA, tendo como finalidade incentivar e promover espaços para exposição e divulgação de doces, realizar atividades de formação cooperativa e capacitação das doceiras, promover a cooperação entre as doceiras associadas, e incentivar o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade.

A fim de ampliar a receita do grupo e promover a sustentabilidade da cooperativa, além de incentivar a sua relação com a comunidade, foram buscados novos mercados locais para comercialização das cocadas feitas por essas doceiras, já que as mesmas estavam sendo vendidas somente dentro do Trem de Passageiro da Vale. Ao longo do tempo elas foram desenvolvendo novos produtos, salgados e doces, como forma de atender aos anseios de seu público alvo e possibilitar o aumento de seu mercado e de sua renda. A diversificação dos produtos oferecidos na feira da praça, em frente à Prefeitura, contribuiu para o fortalecimento do grupo não apenas pelo aumento da receita, mas por dar maior visibilidade ao trabalho dessas doceiras. Com isso, vários turistas que vinham até a cidade de Tumiritinga, ou quando passam pela estação Ferroviária, encomendam os produtos dessas doceiras.

Houve, ainda, a busca por novos pontos de venda das cocadas na cidade de Tumiritinga, passando os produtos a serem comercializados em restaurantes da cidade, com pedidos regulares a cada 20 ou 30 dias. Além disso, foram promovidas parcerias com organizadores de festas locais, para o fornecimento de bufê nos eventos.

O desenvolvimento e a continuidade da realização de controles não é tarefa simples para o grupo, que tem dificuldade de fazer os registros de forma contínua. A inclusão de uma contadora na equipe permitiu a implantação de melhorias na organização da vida financeira e administrativa, além de possibilitar a criação de hábitos e rotinas administrativas. O grupo definiu que a cooperada com melhor formação educacional atuaria junto à contadora, controlando os gastos do empreendimento, discutido o processo produtivo e a reposição de material nos estoques.

Com os resultados positivos aflorando, a parceria com a Prefeitura Municipal foi se fortalecendo. Além da continuidade ao apoio de transporte para participação em feiras e outros eventos, a Prefeitura atendeu à solicitação do grupo e efetuou a doação de um terreno para a instalação da sede da Cooperativa. Todavia, como a verba disponível, decorrente de uma doação da Fundação Vale, não era suficiente para a construção de uma sede, optou-se por adquirir um imóvel no Centro da Cidade e utilizar os recursos restantes para realizar a reforma necessária para sua adequação. Localizou-se uma casa no Centro da Cidade adequada para a sede do grupo, dando maior segurança às doceiras sobre a continuidade do negócio. A negociação e a conclusão do processo de compra da casa

ocorreram no período de junho a agosto de 2018.

O espaço sofreu adequações a partir das diretrizes da Vigilância Sanitária do Município. A organização do layout da cozinha da nova sede e a aquisição dos equipamentos foi feita com orientação da Nutricionista da equipe e participação ativa das doceiras, tendo a higiene e a segurança como norteadores do processo. Foram também adquiridos novos uniformes e EPIs para o desenvolvimento do trabalho, assim como etiquetas e novo material de divulgação.

As discussões sobre a compra e o planejamento de obras do imóvel foram temas de oficinas de gestão, juntamente com os controles desenvolvidos pela contadora. Houve grande cuidado na realização da obra, uma vez que o imóvel mais do que um ponto de produção, em função de sua excelente localização, serviria como um ponto de comercialização e uma importante referência para desenvolvimento e divulgação da marca delas na cidade.

Desde então, o grupo passou a focar suas ações não apenas na produção e mercado atual, mas, principalmente, na perspectiva de mercado que se abriria com a possibilidade de comercialização na nova sede, com vistas à promoção da sustentabilidade da Cooperativa.

CONCLUSÃO

Atualmente, é fato o crescente anseio por iniciativas sociais onde haja uma mais valia, não só para a comunidade ou grupo que usufrui dos benefícios, mas também para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, combatendo principalmente as questões que propiciam desigualdades sociais. Por conta disso, projetos sociais de inclusão solidária mostram-se uma ótima alternativa no enfrentamento do desemprego, da pobreza e da exclusão social, especialmente considerando que o combate às desigualdades sociais representa uma ação fundamental na agenda da "sustentabilidade" e dos "objetivos do desenvolvimento sustentável", acordados na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Neste artigo se abordou a experiência de transformação da cidadania, do trabalho e da renda das "Doceiras de Tumiritinga", que comercializavam doces nos trilhos do trem de passageiros. Para tal, analisaram-se os elementos necessários para capacitação, num contexto de incubação social, de um grupo de mulheres doceiras que se encontrava em situação de fragilidade econômica e social na cidade de Tumiritinga/MG. Essa intervenção contribuiu para a melhoria de vida e renda dessas mulheres, colaborando, assim, para a redução das desigualdades e injustiças sociais tão imperantes no segmento social onde atuam essas cidadãs incubadas socialmente.

O contexto que justificou a elaboração desse tipo de projeto na universidade foi, simultaneamente, o de atacar um quadro de "problemas" e "oportunidades" que se apresentava no dia-a-dia de uma comunidade brasileira. Primeiro em face da situação vivenciada no município de Tumiritinga (MG), onde famílias dependiam da renda de uma atividade de sobrevivência, que consistia na venda de cocadas e doces nos trilhos, através das janelas dos trens. Da forma como era realizada, essa atividade era inadequada para as condições de vida das mulheres e crianças, dada as circunstâncias de insegurança e vulnerabilidade a que se expunham, inclusive com risco de vida iminente ao transitar nas linhas do trem. Segundo por propiciar a integração universidade-sociedade, ao levar para dentro da instituição de ensino um provável futuro problema social, devido ao fato de que haveria uma troca no modelo do vagão dos trens, que não teriam mais abertura das janelas. Com isso, essas doceiras, até então marginalizadas ou excluídas da agenda pública, se

veriam frente a uma situação vivencial ainda mais injusta e prejudicial por estarem diante de um grave conflito econômico-social, já que não haveria nenhuma pauta de acesso às políticas sociais e à cidadania para elas em dado momento.

Nesse caso, a promoção de aprendizagem para essas mulheres mostrava-se fator preponderante no processo de incubação, por tratar-se de pessoas historicamente excluídas do tradicional modelo de ensino básico, dando-lhes possibilidades de apoio educacional, de modo a capacitá-las para o exercício de ações nos campos de gestão, tecnologia e cidadania. Mais concretamente, partiu-se de um quadro de problemas relacionados com a baixa alternativa de trabalho e renda, dada a pouca formalização social e a má qualidade de vida dessas doceiras, que viviam na informalidade, não contando com apoio público para enfrentamento dos desafios que se apresentam na forma de resistência ao desemprego e de inclusão econômica e cidadã.

À vista disso, ações de incubação foram definidas, a partir de um diagnóstico realizado no local de intervenção, possibilitando delinear o processo de formação e capacitação das doceiras da região de Tumiritinga, identificando alternativas viáveis para a criação de trabalho e renda para elas. A metodologia de incubação implementada neste município de Minas Gerais possibilitou a troca de conhecimentos "universidade-sociedade" e uma ação educativa continuada, contribuindo para a transformação social das mulheres envolvidas.

Apesar de trabalharem em aparente desordem, havia uma organização tácita na maneira como essas mulheres comercializavam seus produtos nas janelas do trem. A intervenção efetuada possibilitou a estruturação do grupo sob a forma de uma cooperativa popular, ampliando suas relações com a comunidade em geral, conquistando novos mercados, absorvendo técnicas de gestão e comercialização, além de introduzir mecanismos de controle e processos de diversificação da produção.

O caminho da transformação foi longo, precisando ser recomeçado inúmeras vezes, mas culminou com a organização das doceiras em uma cooperativa popular e na construção de uma pauta positiva de geração de trabalho e renda, com foco na organização de empreendimentos solidários promovido por grupos populares originariamente excluídos socialmente das formas dominantes de produção.

Na área de gestão e governança as atividades iniciaram-se com a perspectiva de profissionalização do grupo, a partir de sua realidade. O trabalho desenvolveu-se numa concepção intervencionista, de modo a estabelecer uma nova perspectiva de grupo. Além disso, a implantação de novas formas de comercialização mudou o olhar do consumidor sobre o produto, ampliando a necessidade de desenvolvimento de produtos com maior qualidade, onde questões como a padronização, higienização e embalagem atingiram novo dimensionamento.

Para além do projeto de produção de doces, a sede adquirida destina-se à comercialização dos produtos do grupo. Considerando-se as perspectivas, foram reforçadas as atividades de organização das rotinas de trabalho; a definição da curva de possibilidades de produção e análise de mercado; as oficinas de produção; além das oficinas de gestão/administração. Além de passarem a ser comercializados produtos de melhor qualidade, a constituição do grupo propiciou o empoderamento dessas doceiras, mudando a dinâmica de sua relação com a comunidade, além da geração de renda e a melhoria da sua qualidade de vida. A capacitação promovida ao longo de todo esse período permitiu a elas ampliar seu leque de produtos. Além das cocadas, passaram a produzir doces e salgados, que podem ser comercializados diretamente na sede, ou por encomenda.

O desenvolvimento do grupo trouxe, ainda, grande visibilidade para a Cidade. Reportagens foram feitas sobre as doceiras, com diversas menções na mídia, o que facilitou

a construção de uma relação bastante positiva com o Poder Público local. Tumiritinga é um município com grande dinâmica política, mas de pouca dinâmica econômica. Os moradores são bastante mobilizáveis e manifestações ocorrem com muita facilidade em defesa do município. A implantação da Cooperdoces, o desenvolvimento individual e coletivo das mulheres, as estratégias de ação e comercialização tiveram grande impacto na comunidade local.

A disseminação dos princípios do cooperativismo e o desenvolvimento da autogestão propiciaram o fortalecimento da atividade econômica do grupo. A implantação de melhorias no processo e o aumento da qualidade dos produtos comercializados permitem identificar uma cooperativa capaz de vislumbrar um futuro sustentável. Neste sentido, a diversificação de produtos implementada mostrou-se uma medida acertada e um bom caminho a ser trilhado, com a possibilidade de a nova sede se tornar uma lanchonete, onde além de doces, poderiam ser oferecidos lanches rápidos da nova linha de produção do grupo.

Hoje, o trabalho em cooperativa representa uma produção de doces mais segura para as doceiras e seus familiares. A inauguração da nova sede representou um incentivo ainda maior para que o grupo siga dando continuidade ao trabalho realizado, ampliando suas atividades e passando a gerir um novo espaço para a comercialização de seus produtos.

Caminhou-se com o grupo até a inauguração da nova sede. O imóvel, muito bem localizado, próximo à praça principal da cidade, possui amplas varandas, projetadas para receber o público num ambiente agradável e convidativo. A nova sede passou a ser, sem dúvidas, o principal ponto de agregação das cooperadas, apresentando-se como uma grande oportunidade de crescimento do grupo.

Diante desses resultados, entende-se ser preciso que o poder público enfrente com seriedade o problema de grupos socialmente marginalizados, como o vivenciado pelas doceiras de Tumiritinga, que lutam para conquistar direitos básicos de subsistência e inclusão social. Não é possível pensar em diminuir a desigualdade social no país, sem acabar com a injustiça e a segregação social. Particularmente ao caso das doceiras, foi fundamental enfrentar a marginalização social vivida por elas, que precisavam vivenciar a magnitude da palavra "cidadã", conquistando, por direito, benefícios de cidadania que lhes eram negados.

Dentro dessa diretriz, a incubação de cooperativas enquanto política pública se consolida na medida em que sua ação se desenvolve de forma articulada com outras iniciativas de geração de trabalho e desenvolvimento social, compreendido como um processo político e complexo e não uma política marginal ou conjuntural. Por conseguinte, a incubação se apresenta, então, como importante instrumento de transformação social e econômica da sociedade, servindo de ponte para a redução das enormes desigualdades que assolam a realidade da sociedade brasileira contemporânea, servindo de ponte para a inclusão econômica e cidadã das pessoas.

O projeto social reportado, desenvolvido em Tumiritinga, mostrou o papel da universidade no aprimoramento e ampliação de ações extensionistas dirigidas à transferência de conhecimentos e tecnologias desenvolvidas na academia em prol de grupos populares socialmente excluídos, o que estimula a que futuras pesquisas sejam desenvolvidas nesse sentido explorando a organização de empreendimentos solidários. Mais especificamente, pesquisas futuras podem desenvolver estudos concentrados em outras incubadoras tecnológicas de cooperativas populares para possíveis análises comparativas ou para se efetuar um diagnóstico mais concreto sobre o contexto atual da incubação de empreendimentos solidários no Brasil, em termos de riscos, oportunidades, desafios e limitações.

REFERÊNCIAS

- Alter, K. (2007). Social Enterprise Typology. *Virtue Ventures LLC*, 12(1), 1-124. <http://www.4lenses.org/setypology>
- Assouad, L., Chancel, L., & Morgan, M. (2018). Extreme Inequality: Evidence from Brazil, India, the Middle East, and South Africa. *AEA Papers and Proceedings*, 108: 119-23. DOI: 10.1257/pandp.20181076
- Atkinson, A.B. (2016). *Desigualdade: o que pode ser feito?* Editora Leya, São Paulo – SP.
- Austin, J., Stevenson, H., & Wei-Skillern, J. (2006). Social and commercial entrepreneurship: Same, different, or both? *Entrepreneurship Theory and Practice*, 30(1), 1-22. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2006.00107.x>
- Bacq, S., & Lumpkin, G.T. (2021). Social Entrepreneurship and COVID-19. *Journal of Management Studies*, 58(1), 285-288. <https://doi.org/10.1111/joms.12641>
- Bacq, S., & Janssen, F. (2011). The multiple faces of social entrepreneurship: A review of definitional issues based on geographical and thematic criteria. *Entrepreneurship & Regional Development*, 23(5/6), 373-403. <https://doi.org/10.1080/08985626.2011.577242>
- Berry, A.J., & Otley, D.T. (2004). Case-Based Research in Accounting. In: Christopher Humphrey & Bill H.K. Lee (eds.), *The Real Life Guide to Accounting Research: A Behind the Scenes View of Using Qualitative Research Methods*. 1st Edition (Chapter 14, pp. 231-256). London, UK: Elsevier Science.
- Boito Junior, A. (2002). Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. Ideias, *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, 9(1),13-48. https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/ideias_9-1.pdf
- Bull, M., & Ridley-Duf, R. (2018). Towards an appreciation of ethics in social enterprise business models. *Journal of Business Ethics*. <https://doi.org/10.1007/s10551-018-3794-5>
- Bruder, I. (2020). A social mission is not enough: Reflecting the normative foundations of social entrepreneurship. *Journal of Business Ethics*, 174(3), 487-505. <https://doi.org/10.1007/s10551-020-04602-5>
- Cancela, T., Dias, M.F., Amorim, M. (2017). Medição da Inovação social em Portugal (NUT II): aplicação do modelo RESINDEX. In *Proceedings 24th APDR CONGRESS*, pp. 237-242. Retrieved May 05, 2019, from: http://apdr.pt/data/documents/Proceedings_APDRCongress2017.pdf.
- Capucha, L. (2019). Pobreza e emprego: as paralelas não convergem. *SOCIOLOGIA ONLINE*, 19: 33-50. DOI: 10.30553/sociologiaonline.2019.19.2
- Cavalcante, P. (2020). *A questão da desigualdade no Brasil: como estamos e o que precisamos fazer*. [Texto para discussão 2593] Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília - DF. <http://dx.doi.org/10.38116/td2593>
- Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - Cepal (2018). *Panorama social da América Latina 2017*. Cepal, Santiago.
- Civil Society Working Group for the 2030 Agenda - CSWG (2018). *Spotlight Report on the 2030 Sustainable Development Agenda: Synthesis II*. New York, GESTOS (Soropositividade, Comunicação e Gênero). Retrieved May 13, 2019, from: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2018/11/sintese_ingles_download.pdf

- Choi, N., & Majumdar, S. (2014). Social entrepreneurship as an essentially contested concept: Opening a new avenue for systematic future research. *Journal of Business Venturing*, 29(3), 363-376.
- Cosenza, J.P., Andrade, E.M., & Assunção, G.M. (2020). A circular economy as an alternative for Brazil's sustainable growth: analysis of the National Solid Waste Policy. *Journal of Environmental Management & Sustainability*, 9(1), 1-28, e16147. <https://doi.org/10.5585/geas.v9i1.16147>.
- Dacin, P.A., Dacin, M.T., & Matear, M. (2010). Social entrepreneurship: Why we don't need a new theory and how we move forward from here. *The Academy of Management Perspectives*, 24(3), 37-57.
- Dacin, M.T., Dacin, P.A., & Tracey, P. (2011). Social Entrepreneurship: A critique and future directions. *Organization Science*, 22(5), 1203-1213. <https://doi.org/10.1287/orsc.1100.0620>
- Dees, J. G., & Anderson, B. B. (2006). Framing a theory of social entrepreneurship: Building on two schools of practice and thought. In Rachel Mosher-Williams (ed.), *Research on Social Entrepreneurship: Understanding and Contributing to an Emerging Field*, 1(3), 39-66, publication of the Association for Research on Nonprofit Organizations and Voluntary Action (ARNOVA).
- Defourny, J. (2009). Foreword. In J. Kerlin (Ed.), *Social enterprise: A global comparison* (pp. 11-17). Medford, MA: Tufts University Press.
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2010). Conceptions of social enterprise and social entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and divergences. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(1), 32-53. <https://doi.org/10.1080/19420670903442053>
- Defourny, J. (2014). *From third sector to social enterprise: A European research trajectory*. https://www.researchgate.net/publication/295390255_From_third_sector_to_social_enterprise_A_European_research_trajectory
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2017). Fundamentals for an International Typology of Social Enterprise Models. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 28(6), 2469-2497. <https://doi.org/10.1007/s11266-017-9884-7>
- Doherty, B., Haugh, H., & Lyon, F. (2014). Social enterprises as hybrid organizations: A review and research agenda. *International Journal of Management Reviews*, 16(4), 417-436. <https://doi.org/10.1111/ijmr.12028>
- Doherty, B., Haugh, H., & Lyon, F. (2014). Social enterprises as hybrid organizations: A review and research agenda. *International Journal of Management Reviews*, 16(4), 417-436. <https://doi.org/10.1111/ijmr.12028>
- Drayton, B. (2006). Everyone is a Changemaker: Social Entrepreneurship's Ultimate Goal. *Innovations*, 1(1), 80-96. <https://doi.org/10.1162/itgg.2006.1.1.80>
- Eisenhardt, K. M. (1989). Building theories from case-study research. *The Academy of Management Review*, 1(4), 532-550. doi: 10.2307/258557.
- Fernandes, D. (2015). OCDE: desigualdade aumenta em países ricos, mas cai na América Latina, *BBC Brasil*. Retrieved Feb 26, 2019, from: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150520_desigualdade_estudo_ocde_df_r_b

Gaiger, L. I, Kuyven, P.(2019). Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, 34(3), 811-834. Retrieved Feb 5, 2020, from: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934030008>

Galera, G., & Borzaga, C. (2009). Social enterprise: An international overview of its conceptual evolution and legal implementation. *Social Enterprise Journal*, 5(3), 210–228. <https://doi.org/10.1108/17508610911004313>

Gameiro, N.u (2021). Brasil não avançou nas metas da Agenda 2030, aponta relatório. (Fiocruz Brasília) Retrieved May 25, 2023, from: <https://portal.fiocruz.br/noticia/brasil-nao-avancou-nas-metas-da-agenda-2030-aponta-relatorio>

Gaviraghi, F.J., Goerck, C., & Frantz, W. (2019). As incubadoras sociais do Rio Grande do Sul na base de fomento da práxis emancipatória: algumas problematizações. *INTERAÇÕES*, 20(2), 461-473. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v0i0.1834>

Granados, M. L., Hlupic, V., Coakes, E., & Mohamed, S. (2011). Social enterprise and social entrepreneurship research and theory: A bibliometric analysis from 1991 to 2010. *Social Enterprise Journal*, 7(3), 198-218. <https://doi.org/10.1108/17508611111182368>

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 - GTSC A2030 (2022). VI Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Retrieved May 26, 2023, from: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt_rl_2022_final_web-1.pdf

Guimarães, G., & Pereira, E.R. (2015). Informalidade, exclusão e desenvolvimento. In: Cláudio Figueiredo Coelho Leal Lucas Linhares Cristina Lemos Marcelo Machado da Silva Helena Maria Martins Lastres (Orgs.), *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Sudeste*. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Rio de Janeiro – RJ, Cap. 18, pp. 462-472. Retrieved Jan 12, 2020, from: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/4321/2/2015_Um%20olhar%20territorial%20para%20o%20desenvolvimento_Sudeste_P.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio* (PNAD). IBGE, Brasília - DF, em 5/12/2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022a). *PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 11,6% e taxa de subutilização, de 25,0% no trimestre encerrado em novembro*. Agência IBGE Notícias, Brasília, DF, 28 jan. 2022. Retrieved Jan 25, 2023, from: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32823-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-6-e-taxa-de-subutilizacao-de-25-0-no-trimestre-encerrado-em-novembro>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022b). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. IBGE, Rio de Janeiro - RJ.

International Labour Organization - ILO (2018). *The employment impact of climate change adaptation Input Document for the G20 Climate Sustainability Working Group*. International Labour Office, Geneva, Switzerland. Retrieved Jan 15, 2020, from: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_645572.pdf

Kerlin, J. A. (2013). Defning social enterprise across diferent contexts: A conceptual framework based on institutional factors. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 42(1), 84-108

Köche, J.C. (2007). *Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. 24 ed. Editora Vozes, Petrópolis -RJ.

Lawson, M., & Martin, M. (2018). *The commitment to reducing inequality index 2018: a global ranking of governments based on what they are doing to tackle the gap between rich and poor*. Development Finance International Oxfam, Cowley, Oxford. DOI: 10.21201/2018.3415

Magalhães, A.M., Masugossa, M.J., Santos, J.R., Castilho, L.F., Costa, M.L., & Bernardo, B.C. (2015). Incubadora social como espaço de aprendizagem e promoção do desenvolvimento local: o caso do restaurante escola Bistrô Eco Sol. *Revista Desenvolvimento Social*, 15(1), 74-82. Retrieved May 18, 2023, from: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1977>

Marshal, T.H. (1967). *Cidadania, Classe Social e Status*. [Biblioteca de Ciências Sociais] Zahar Editores, Rio de Janeiro – RJ.

Martin, R. L, & Osberg S. R. (2015). Dois fatores-chave para o empreendedorismo social sustentável, *Harvard Business Review*. Retrieved Jan 15, 2020, from: <http://hbrbr.com.br/doi-fatores-chave-para-o-empreendedorismo-social-sustentavel/>

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá - MT.

Mair, J. (2020). Social entrepreneurship: Research as disciplined exploration. In Powell, W. W. and Bromley, P. (Eds), *The Nonprofit Sector: A Research Handbook*, 3rd edition. Palo Alto, CA: Stanford University Press, pp. 333-57.

Millard, J., Weerakkody, V., Missi, F., Kapoor, K., & Fernando, G. (2016). Social innovation for poverty reduction and sustainable development: some governance and policy perspectives, published in the *Proceedings of the 9th International Conference on the Theory and Practice of Electronic Governance (ICEGOV2015-16)*, Montevideo, Uruguay, 1 to 3 March 2016, pages 153-162, New York: the ACM Press. DOI: 10.1145/2910019.2910079. Retrieved May 15, 2019, from: <https://dl.acm.org/citation.cfm?doid=2910019.2910079>

Millard, J. (2018). How Social Innovation; Underpins Sustainable Development. In J. Howaldt, J.; Kaletka, C.; Schröder, A.; Zirngiebl, M. (Eds.), *Atlas of Social Innovation: New Practices for a Better Future*. Dortmund: Technische Universität Dortmund, ZWE Sozialforschungsstelle, p. 41-43. Retrieved May 15, 2019, from: https://www.socialinnovationatlas.net/fileadmin/PDF/einzeln/01_SI-Landscape_Global_Trends/01_07_How-SI-Underpins-Sustainable-Development_Millard.pdf.

Minayo, M.C.S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>

Nakagawa, F. (2016). Brasil cai para a posição de 9ª economia do mundo. *Revista Exame*, 4 mar 2016. Retrieved Mar 13, 2018, from: <https://exame.abril.com.br/economia/pib-em-dolar-cai-25-e-brasil-cai-para-a-posicao-de-9a-economia-do-mundo/>

Neri, M. (2018). *Qual foi o impacto da crise sobre pobreza e distribuição de renda*. FGV, Rio de Janeiro – RJ.

Nicolopoulou, K., Karatas-Özkan, M., Vas, C., & Nouma, M. (2017). An incubation perspective on social innovation: the London Hub – a social incubator. *R&D Management*, 47(3): 368-384.

O Globo (2023). *Piora universitária reflete mais que corte de verbas*. Caderno Opinião, p. 2, publicado 22 de maio de 2023, ano XCVIII, n. 32795.

Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD (2015). *In it together – Why less inequality benefits all*. OECD Publishing, Paris. Retrieved May 19, 2023, from: <https://doi.org/10.1787/9789264235120-en>

OECD et al. (2019). *Latin American Economic Outlook 2019: Development in Transition*. OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/g2g9ff18-en>. Retrieved May 25 2023, from:
https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44515/S1900181_en.pdf?sequence=4&isAllowed=y

Oliveira, B. A. M. (2006). *As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro*. Tese [Doutorado em Ciências Humanas e Sociais] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ.

Oliveira, E. D. (2017). *As Incubadoras de Cooperativas Populares Como Uma Extensão Educacional*. *RECEI-Revista Ensino Interdisciplinar*, 3(9), 449-462. Retrieved May 20, 2023: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/download/2142/1383/>

Oxfam Brasil (2018). *País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras*. Oxfam Brasil, São Paulo:

Oxfam Brasil (2019). *Nós e as desigualdades: percepções sobre desigualdades no Brasil*. Oxfam Brasil / Datafolha, São Paulo.

Oxfam International (2015). *Wealth: having it all and wanting more*. Oxfam GB, Oxford, UK. Retrieved May 18, 2023, from: https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachments/ib-wealth-having-all-wanting-more-190115-en.pdf.

Patton, M.Q. (2015). *Qualitative Research & Evaluation Methods*. 4th ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Peredo, A. M., & McLean, M. (2006). Social entrepreneurship: A critical review of the concept. *Journal of World Business*, 41(1), 56-65. <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2005.10.007>

Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI*. 1 ed. Intrínseca, Rio de Janeiro - RJ.

Alvaredo, F., Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (2018). *World inequality report 2018*. World Inequality Lab, Paris.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (2022). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022: Tempos incertos, vidas instáveis. Construir o futuro num mundo em transformação*. Nova Iorque. Retrieved May 14, 2019, from: <https://hdr.undp.org/human-development-report-2021-2022>

Ranville, A., & Barros, M. (2022). Towards Normative Theories of Social Entrepreneurship. A Review of the Top Publications of the Field. *Journal of Business Ethics*, 180(3), 407-438. <https://doi.org/10.1007/s10551-021-04867-4>

Rodrigues, E. L., Sugahara, C. R., & Benedicto, S. C. (2017). Capacidade de Inovação Social: Inovação em organizações de impacto social. In: *Anais XIX ENGEMA* (Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente), São Paulo, Brasil, 4 to 5 Dezembro 2017, Retrieved May 14, 2019, from: <http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/132.pdf>

Sampaio, M.G. (2023). *Educação e trabalho: as diretrizes da pedagogia empreendedora e os princípios da pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. Dissertação [Mestrado em Educação] Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília - SP.

Santos, F. M. (2012). A positive theory of social entrepreneurship. *Journal of Business Ethics*, 111(3), 335-351.

Sardá, M. (2011). Oito anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES): Significados e Perspectivas. *Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise*, 16(48), p. 57-70.

Silva, S.P., & Carneiro, L.M. (2016). *Os Novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: Nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*. [Relatório de Pesquisa] Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília – DF. Retrieved May 19, 2023: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7410>

Scholz, H.R., Rosa, F.G., & Borges, L.M. (2014). Estratégia como prática e aprendizagem na interação dos sujeitos recicladores: resultados da Incubadora de Empreendimentos Solidários, do Centro Universitário La Salle, Canoas, RS. *Revista Brasileira de Administração - ReA UFSM*, 7(Ed. Especial), 141-160. DOI: 10.5902/1983465915903

United Nations (2010). *The Millennium Development Goals Report 2010*. United Nations, New York, NY. Retrieved May 19, 2023: www.un.org/millenniumgoals/pdf/MDG%20Report%202010%20En%20r15%20-low%20res%2020100615%20-.pdf

United Nations - UN (2012a). *Plan of implementation of the world summit on sustainable development*. Retrieved May 18, 2023: www.un.org/esa/sustdev/documents/WSSD_POI_PD/English/WSSD_PlanImpl.pdf

United Nations – UN (2012b). *The future we want: Outcome document of the United Nations Conference on Sustainable Development*, Rio de Janeiro, 20-22 June, Retrieved May 17, 2023: www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol_A/RES/66/288&Lang_E

United Nations - UN (2015). *Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. [A/RES/70/1] Department of Economic and Social Affairs, New York, NY. Retrieved May 08, 2019, from: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld/publication>

United Nations (2018) - UN. *The Sustainable Development Goals Report 2018*. Department of Economic and Social Affairs, New York, NY. Retrieved May 07, 2019, from: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2018/>

United Nations (2021) - UN. *The Sustainable Development Goals Report 2021*. Department of Economic and Social Affairs, New York, NY. Retrieved May 26, 2023, from: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2021/>

Végh, C.A., Vuletin, G., Riera-Crichton, D., Puig, J., Camarena, J., Galeano, L. & Morano, L. (2019). *Effects of the Business Cycle on Social Indicators in Latin America and the Caribbean: When Dreams Meet Reality*. World Bank (LAC Semiannual Report – April), Washington, D.C.:

Yin, R.K. (2018). *Case Study Research and Applications: Design and Methods*. 6th Revised edition. SAGE Publications Inc, Thousand Oaks, CA.

Young, D. R., & Lecy, J. D. (2014). Defning the Universe of Social Enterprise: Competing Metaphors. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 25(5), 1307-1332. <https://doi.org/10.1007/s11266-013-9396-z>